



MANIFESTO

Nós, professores, pesquisadores e estudantes de Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional de Universidades Públicas e Comunitárias Brasileiras, reunidos por ocasião do IV Seminário do Observatório do Desenvolvimento Regional, no dia 25 de abril de 2019, na Universidade de Santa Cruz do Sul-RS, vimos a público manifestar nossa indignação frente aos rumos que estão sendo impostos à educação e à pesquisa em nosso país.

Vivemos um tempo em que a ordem neoliberal, marcada pela concentração da renda de um lado, e pela exclusão de parcelas cada vez maiores da população, de outro lado, vem ditando as regras intra e internacionalmente. Governos se tornam submissos a essa ordem à custa da perda de direitos sociais e da degradação da qualidade de vida das populações. Danos cada vez maiores vêm sendo impostos à natureza, por meio do uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura, contaminando solos e águas; pela exploração predatória de minérios, produzindo verdadeiras catástrofes ambientais e sociais; pelo dismantelamento de políticas públicas e pela ofensiva contra direitos sociais, que arrastarão milhões de brasileiros à fome e à miséria.

Contudo, é na área da ciência e da produção e disseminação do saber que a catástrofe maior está sendo implementada.

Ao impor limites ao livre pensar e à livre manifestação nas escolas e nas Universidades; ao cortar verbas destinadas à educação e à pesquisa; ao desqualificar a ciência como interpretação da realidade, o Brasil e os brasileiros estão sendo apequenados, o que resultará em profundas perdas para as atuais e as futuras gerações, e no comprometimento das possibilidades de desenvolvimento do país.

A formação de profissionais qualificados, a produção de conhecimento e o desenvolvimento tecnológico requerem investimentos de recursos financeiros, cuja efetiva destinação não pode ficar à mercê de “opiniões” ou de “convicções” de pessoas completamente despreparadas.

Os grandes avanços que a Pós-Graduação *Stricto Sensu* alcançou no Brasil ao longo das últimas décadas, reconhecida internacionalmente, é decorrente de inúmeros esforços, tanto do poder público quanto das Universidades e, em particular, do empenho dos profissionais envolvidos e, como tal, tem que se respeitada e valorizada.

Conclamamos a sociedade a mobilizar-se contra essas reformas e a favor de uma agenda de desenvolvimento que contemple políticas de fortalecimento do ensino, da pesquisa e da promoção da qualidade de vida da população brasileira.

Santa Cruz do Sul, 25 de abril de 2019.